

A pesquisa-ação aproximando o fazer antropológico da realidade de uma comunidade tradicional de pesca: construção de saberes e métodos a partir do encontro com os interlocutores¹

JANINE AZEVEDO DO NASCIMENTO (UFPB)

Este trabalho apresenta o momento inicial de uma pesquisa antropológica que toma o processo de pesquisa-ação como ponto de partida e de encontro com os interlocutores de pesquisa na praia de Acaú, uma comunidade tradicional da pesca no município de Pitimbu-PB, uma das seis comunidades da RESEX Acaú-Goiana. Com a intenção de abordar a relação entre trabalho, ambiente e saúde, a partir da perspectiva do cuidado, considerando a complexidade e diversidade de aspectos envolvidos, encontrei na pesquisa-ação o caminho para uma aproximação ativa, com estabelecimento de relações de parceria e colaboração, a partir de uma postura comprometida com as questões vivenciadas e reconhecidas pela comunidade. No decorrer da pesquisa-ação, através da problematização dialógica e construção compartilhada de conhecimentos e ações, tem ocorrido o desdobramento de algumas ações envolvendo tecnologias sociais e ampliação de redes de apoio e parcerias. Entre os movimentos mais relevantes, destacamos a realização do Curso Livre de Agentes Populares de Saúde dos Povos das Águas, o Curso de Aperfeiçoamento em Saúde dos Povos das Águas para Profissionais de Saúde, as oficinas de articulação e construção do protocolo de consulta livre e informada para o uso do território das comunidades da RESEX Acaú-Goiana e a articulação com o projeto Caminhos do Trabalho, que busca dar visibilidade ao adoecimento relacionado ao trabalho. Essas ações tiveram a pesquisa-ação como ponto de partida e foram ou estão sendo realizadas em rede de colaboração com grupos, entidades e instituições. Nesse processo, tem sido possível vislumbrar a complexidade do tema em estudo, sobretudo no que se refere ao cuidado enquanto ética, ação prática e política no contexto da luta pela vida e pela continuidade do modo de vida dessas comunidades frente as ameaças do “habitar colonial” (Malcolm Ferdinand). Isso é favorecido pela perspectiva da pesquisa-ação, que envolve as tecnologias sociais e tem nos colocado em relação de proximidade e parceria com a comunidade, expressando um caráter político emancipador que busca as transformações construídas a partir do trabalho conjunto entre os agentes da universidade e o grupo local. O envolvimento de entidades do Estado, do mercado e do terceiro setor, bem como de movimentos sociais na problemática ambiental e dos povos tradicionais denota a importância da atuação do antropólogo nesse campo, numa perspectiva de construção de relações menos hierárquicas e de compromisso ético e epistemológico com os interesses da comunidade, enfatizando a construção compartilhada de saberes e a ação transformadora, valorizando o conhecimento de todos os envolvidos.

Palavras-chave: Pesquisa-ação; Marisqueiras; Tecnologias Sociais.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

Introdução

Este trabalho apresenta o momento inicial de uma pesquisa antropológica que toma a pesquisa-ação como ponto de partida e como espaço de encontro com interlocutoras e interlocutores na praia de Acaú (Pitimbu-PB), uma das seis comunidades tradicionais vinculadas à RESEX Acaú-Goiana. A pesquisa se orienta pela intenção de compreender a relação entre trabalho, ambiente e saúde a partir da perspectiva do cuidado, reconhecendo a complexidade e a diversidade de aspectos implicados nessas conexões. Minhas principais interlocutoras são mulheres que lideram o movimento das marisqueiras.

Em maio de 2023 estive, pela primeira vez, na Associação das Marisqueiras de Acaú, entidade que assume um papel de grande importância na vida da comunidade e no movimento político dos pescadores e comunidades tradicionais da região. Na ocasião desse meu primeiro momento com a AMA (Associação das Marisqueiras de Acaú) houve uma reunião, com o intuito de iniciar uma parceria de trabalho entre a Universidade Federal da Paraíba e representantes da comunidade de Acaú. Era o início do GRETAS (Grupo de Reflexão e Estudo em Trabalho Ambiente e Saúde), grupo do qual faço parte como docente da UFPB.

Nesse contexto, a pesquisa-ação foi trazida como proposta e decisão metodológica ancorada na descentralização do fazer científico: um modo de produzir conhecimento em que há participação concreta da população envolvida no contexto pesquisado, tanto no processo de produção e autorreflexão quanto nos usos dos resultados (Haguette, 1987). Nessa direção, ela é compreendida como dinâmica e contínua, associada à ação ou resolução de um problema coletivo, com planejamento, ação, observação e reflexão em ciclos (HAGUETTE, 1987; THIOLLENT, 1986).

Na realização da minha pesquisa etnográfica, que busca compreender as práticas de cuidado e as relações entre trabalho, ambiente e saúde entre as marisqueiras, a pesquisa-ação ajudou a conformar minha relação com o campo, à medida em que se desdobrou em ações que contemplam a problemática reconhecida por minhas interlocutoras e envolvem o contexto de suas práticas e relações pessoais, grupais e institucionais, permitindo a minha participação no cotidiano da vida e da luta política dessa comunidade tradicional da pesca.

Nesse sentido, considero que a pesquisa-ação, ao se constituir como encontro e parceria com as marisqueiras de Acaú, permite construir saberes e métodos situados para compreender e intervir na relação trabalho–ambiente–saúde, a partir do cuidado, em contexto de ameaça ao território.

Contexto do campo e orientação teórica

Esse trabalho adota a perspectiva da determinação social da saúde, que ajuda a compreender, conforme defende Sevalho (2024) que o capitalismo histórico está associado à produção de iniquidades, sobretudo aquelas relacionadas as diferenças étnico-raciais. Esse autor situa o debate contemporâneo sobre a determinação social da saúde, destacando as contribuições de Naomar de Almeida Filho e Jaime Breilh, no contexto latino-americano. (Sevalho, 2024)

A praia de Acaú (Pitimbu-PB) integra a RESEX Acaú-Goiana, composta por seis comunidades tradicionais beneficiárias, distribuídas entre PB e PE. A RESEX foi criada em 2007 como fruto de luta política com protagonismo destacado das marisqueiras de Acaú, em contraste com a posição de parte dos pescadores vinculados à colônia Z-10, que assumem posições políticas conservadoras e divergentes em momentos decisivos, inclusive em relação à gestão territorial. Esse é um aspecto central do campo porque evidencia os conflitos de gênero e posiciona o território como produto histórico de disputa, resistência e organização, na perspectiva de Milton Santos (2005) e Alfredo Wagner Berno de Almeida (2004). Essa dimensão atravessa a própria possibilidade de pesquisa-ação como trabalho compartilhado.

No contexto do trabalho e da vida comunitária, emerge uma hierarquização de gênero: a pesca é enunciada como atividade masculina, com o pescador frequentemente reconhecido como “mestre” e detentor do conhecimento pesqueiro; já a mariscagem, realizada majoritariamente por mulheres, tende a ter menor prestígio, sendo atravessada por deslegitimação e invisibilidade, além de envolver a conciliação com afazeres domésticos e cuidado com filhos/família (CIDREIRA NETO; RODRIGUES; CANDEIAS, 2020).

O campo é ainda estruturado por um cerco econômico-industrial, com destaque para a possibilidade de implantação do terminal portuário flutuante TABULOG, para

logística de combustíveis, além de riscos e conflitos associados a atividades econômicas e formas de uso da terra, como as indústrias no entorno, a pesca predatória, a poluição por efluentes domésticos e industriais, o uso de agrotóxicos, que são carregados pelas chuvas e o corte irregular do mangue. Trazendo uma chave interpretativa, essas pressões podem ser lidas como manifestação contemporânea do “habitar colonial”, isto é, uma lógica que reduz o território a recurso e opera por submissão geográfica e dependência ontológica (FERDINAND, 2022).

O eixo trabalho–ambiente–saúde encontra-se diretamente conectado ao cotidiano das marisqueiras, destacando a sobrecarga e os riscos de adoecimento e acidentes, envolvendo a precarização das condições individuais, coletivas e ambientais na organização da vida no território, que é marcado pelo racismo ambiental, definido por Chavis (1993) como uma prática de discriminação racial presente nas políticas relacionadas ao meio ambiente.

No âmbito do cuidado em saúde, evidenciamos a dificuldade de acesso a assistência, bem como a recorrência da não identificação e notificação do nexos entre adoecimentos e trabalho, o que dificulta ou inviabiliza o acesso a direitos assistenciais, trabalhistas e previdenciários, além de comprometer a vigilância em saúde e o planejamento de ações em saúde devido a subnotificação (LOPES et al., 2021; PENA; MARTINS; REGO, 2013).

Pesquisa-ação e grupo pesquisador local

A pesquisa-ação teve início antes mesmo de sua proposição, quando da primeira reunião, em formato de roda de conversas sobre os desafios enfrentados pela comunidade, em que emergiram diversos problemas relacionados à saúde, ambiente, economia, violência e machismo etc., inaugurando uma aproximação paulatina e iniciativas conjuntas no território.

É apresentada como escolha metodológica que busca descentralizar o fazer científico, ampliando a participação concreta da população pesquisada na geração de conhecimento e associando produção de saber à intervenção em problemas coletivos (HAGUETTE, 1987). Nos termos clássicos desse debate, a pesquisa-ação articula

planejamento, ação, observação e reflexão em ciclos sucessivos, em estreita associação com a resolução de problemas coletivos (THIOLLENT, 1986).

Operacionalmente, isso se expressou pela constituição de um grupo pesquisador local, composto por mulheres vinculadas à AMA, docentes e estudantes da Universidade Federal da Paraíba. A esse grupo foi atribuída a responsabilidade por definir os rumos da pesquisa e da intervenção: levantamento de questões pertinentes, definição de problemas prioritários, bem como o planejamento, execução e avaliação coletiva e colaborativa de ações.

O processo teve início em 2023, com rodas de conversa e oficinas, através das quais foram desenvolvidos estudos e reflexões, bem como formulação e articulação de propostas dirigidas à solução do tema central escolhido que “foi a dificuldade de acesso a direitos assistenciais e previdenciários, frente ao adoecimento relacionado ao trabalho da pesca artesanal”. A partir desse processo, foram surgindo algumas frentes de ação, envolvendo parcerias com outros grupos e instituições.

Nesse percurso, o grupo se aprofundou nas temáticas da relação entre trabalho, ambiente e saúde a partir de revisões de literatura e, principalmente, da articulação de ações com parcerias estratégicas, que foram possíveis através de oportunidades acionadas no meio acadêmico. Denota-se então a importância da relação entre universidade e comunidade na construção de intervenções capazes de mudar a realidade.

Caminhos do Trabalho: subnotificação e direitos

A primeira articulação foi com o Projeto Caminhos do Trabalho, que se constitui em uma das frentes do GRETAS. Trata-se de um projeto liderado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), envolvendo outras universidades no âmbito nacional, como a UFPB, e com apoio do Ministério Público do Trabalho e da FUNDACENTRO. O objetivo é desenvolver assistência, pesquisa e formação de pessoas para o mapeamento e combate à ocultação do adoecimento ocupacional no país.

Através do GRETAS, esse projeto tem atuação na Paraíba, desenvolvendo atendimento com assessoria médica, psicológica e jurídica, incluindo emissão de CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e avaliação de nexos causais. Essa articulação foi proposta a partir da identificação de situações concretas de marisqueiras que não

conseguiram mais trabalhar devido a restrições físicas e adoecimento relacionado à atividade da pesca artesanal, sem conseguirem acessar direitos previdenciários. Através do envolvimento interdisciplinar e interprofissional de estudantes e professores, essa intervenção buscou abordar as situações frequentemente invisibilizadas dessas mulheres, conectando cuidado, saúde e justiça social.

Formação-ação em saúde e ambiente em territórios da pesca artesanal

As questões de saúde e adoecimento foram refletidas a partir da experiência concreta das marisqueiras, percorrendo um caminho de aprofundamento da cadeia de fatores e condições relacionadas a essas experiências. Esse processo denotou a necessidade de ampliar os conhecimentos e obter ferramentas necessárias ao enfrentamento do problema.

Nesse caminho surgiu a possibilidade de parceria com a Fiocruz de Pernambuco, que assumiu o papel de coordenar o “Projeto formação-ação em saúde e ambiente em territórios da pesca artesanal no litoral nordestino”, junto a UFPB, UFC e UFBA, com recurso de um Termo de Execução Descentralizada (TED) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Foi planejada a realização de dois cursos, um dirigido a população tradicional da pesca, com foco em vigilância popular, e um curso de aperfeiçoamento dirigido a profissionais da Atenção Básica, Vigilância em Saúde e Saúde do Trabalhador.

O processo de construção e execução dos cursos tomou como escolha metodológica a participação da população tradicional da pesca, representada pelas pescadoras e marisqueiras que se engajaram nesse processo, desde a elaboração da proposta pedagógica até a participação na execução final do curso destinado a profissionais de saúde. Em cada estado, a concretude da proposta assumiu contornos ligeiramente diferentes, conforme o contexto local.

Curso Livre de Agentes Populares de Saúde nos Territórios

O curso ocorreu entre dezembro de 2024 e fevereiro de 2025, estruturado em módulos presenciais e atividades de dispersão, foi fundamentado na participação comunitária desde o planejamento à execução. Metodologicamente, fez opção pela Educação Popular e Pedagogia da Alternância, culminando em propostas de intervenção e cartografias sociais dos territórios.

A pedagogia da alternância é uma proposta pedagógica, nascida no contexto do trabalho no campo, que articula tempos de aulas e de vivências na comunidade, valorizando o saber local e a relação dialógica entre conhecimentos tradicionais e científicos (OLIVEIRA, PARENTE e DOMINGUES, 2017). Se alinha com a Educação Popular freireana, que se destaca pelo compromisso com a justiça social, a democracia e os interesses das classes populares, promovendo a responsabilidade coletiva na criação de uma nova realidade e na busca de caminhos emancipatórios.

O conjunto dos participantes foi constituído por uma diversidade de grupos sociais, principalmente do ponto de vista étnico-racial e religioso, auto identificados como ribeirinhos, quilombolas, indígenas ou simplesmente comunidade do litoral. A grande maioria dos participantes era de mulheres, não tendo sido expresso outra forma de identificação de gênero que não fosse masculino ou feminino.

Ao reunir pessoas de diferentes municípios do litoral paraibano, buscando a reflexão sobre o que significa ser comunidade tradicional, por exemplo, através de uma metodologia vivencial e participativa, o curso contribuiu para problematizar aspectos da realidade dessas pessoas, fazendo emergir as semelhanças relacionadas aos contextos de vulnerabilização em seus territórios, bem como aspectos de contradição entre indivíduos e grupos.

Alguns temas emergiram como conflitos, como a questão de gênero, quando um homem falou que ali “as mulheres são maioria, mas os homens trabalham mais”. Algumas mulheres trouxeram em suas falas o enfrentamento do machismo no ambiente da pesca, por exemplo na pesca em alto mar, especialmente a pesca da lagosta, em que a presença do trabalho feminino é restrita. Uma delas destacou as dificuldades enfrentadas por uma mulher para acessar as mesmas condições dos homens e a presença deles nas colônias.

Nesse tema, algumas vozes vieram carregadas de emoções, como quando uma mulher potiguara testemunhou expressões de machismo em sua família, ou quando outra lembrou que “muitas mulheres não estão aqui por causa de seus maridos”, reconhecendo a dificuldade e a importância de sua participação naquele espaço.

Outros aspectos conflituosos que emergiram, disseram respeito as diferenças geracionais, religiosas e até mesmo a posturas negacionistas assumidas por alguns

participantes. Muitas dessas contradições, que refletem o processo de subjetivação produzida no contexto de uma sociedade capitalista, puderam ser problematizadas através do diálogo.

Ao longo dos cinco módulos, em um intervalo de dois meses, o curso abordou os temas das Identidades, Territórios e Territorialidade dos povos das águas; O Sistema Único de Saúde e os direitos dos povos das águas; A relação entre Saúde, Ambiente e Trabalho na vida de Pescadores(as) Artesanais; Vigilância Popular em Saúde e organização popular como estratégias de re-existência, culminando com o compartilhamento de produtos construídos pelos cursistas em momentos de atividades nos seus territórios, como relatórios e mapas do exercício de cartografia social.

Após esse período, uma rede se formou entre esses grupos das diversas comunidades pesqueiras tradicionais do litoral da Paraíba, viabilizando iniciativas solidárias, frente a situações de vulnerabilização como, por exemplo, as enchentes que afetaram algumas comunidades, a participação de alguns egressos no curso de aperfeiçoamento para profissionais de saúde e a articulação das comunidades com equipes que compõem a rede de serviços de saúde do estado, como a equipe do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) estadual, que passou a ser acionada pelos agentes populares.

Curso de Aperfeiçoamento para Profissionais da Atenção Primária à Saúde nos Territórios da Pesca Artesanal

Esse curso aconteceu entre maio e julho de 2025. Foi motivado pela identificação de aspectos problemáticos da assistência à saúde dessa população, com ênfase na fragilidade da atuação dos profissionais de saúde, que não reconheciam as especificidades dessa população bem como do seu território, além de não identificar ou notificar adoecimentos relacionados ao trabalho da pesca artesanal.

Esse curso também se organizou em módulos, sendo 4 deles presenciais e 2 remotos, com atividades vivenciais de imersão no território e acompanhamento pedagógico em subgrupos denominados Núcleos de Aprendizagem e Ensino (NAE), numa estrutura metodológica semelhante ao curso livre, baseada na Educação Popular e Pedagogia da Alternância, com propostas de intervenção nos seus territórios de trabalho.

Participaram desse curso pessoas de diversas categorias profissionais (agentes comunitários de saúde, enfermeiras, dentistas, psicóloga, médica, etc.) que atuam em 7 municípios do litoral e região metropolitana de João Pessoa, seja nas Equipes de Saúde da Família, no CEREST estadual, no CEREST de João Pessoa ou nos espaços de gestão desses municípios e serviços.

Nesse processo, a diversidade de perfis profissionais e de funções na rede de atenção à saúde entre os participantes do curso, bem como as vivências imersivas nos territórios da pesca, aparecem como elementos fundamentais do eixo formativo para fortalecer o reconhecimento do nexos trabalho-ambiente-saúde e fomentar respostas mais contextualizadas no cuidado.

Caravana e Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada

Durante o período de dezembro de 2024 a junho de 2025, através da colaboração entre lideranças das comunidades, a Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) e o GRETAS, foram realizadas visitas nas seis comunidades da RESEX, com o intuito de tratar sobre o Protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada (PCLPI) como instrumento importante para a proteção dos territórios dessas comunidades.

De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, os povos tradicionais têm direito a consulta prévia, livre e informada sobre qualquer intervenção que possa ser realizada em seu território. O PCLPI é um documento construído pela comunidade como instrumento para favorecer esse direito.

A partir dessa sequência de encontros, chamada de Caravana da Resistência, ficou estabelecido que as comunidades deveriam construir seus PCLPI, com o apoio do GRETAS e do CPP. Foi discutido e decidido ainda que a comunidade de Acaú deveria ser a primeira a realizar esse processo, em função da iminência de implantação da TABULOG na região de Pitimbu, que caracteriza uma ameaça a esse território.

Em Acaú, esse processo de construção encontra-se em fase de finalização, tendo sido realizadas cinco reuniões/oficinas de construção, em locais variados da comunidade para garantir a maior participação possível dos diversos segmentos. No decorrer dessa atividade observei o protagonismo crescente dos jovens e a participação fundamental das

mulheres da AMA, que mobilizam conhecimentos e memórias políticas sobre o território, qualificando o diálogo construtivo. A participação dos homens, apesar de estimulada, foi menor e influenciada pela postura do presidente da Colônia que resolveu não participar e até boicotar o processo.

No contexto de luta pela defesa do território, o cuidado se expressa naquilo que Fraga (2023) identifica como uma característica central dos cuidados comunitários latino-americanos: a inseparabilidade entre espaço vivido, reprodução social e ação coletiva. Nesse sentido, ele opera como tecnologia social de sobrevivência, capaz de articular solidariedade, pertencimento e resistência frente às múltiplas formas de violência estrutural que atravessam os territórios latino-americanos.

Considerações finais

A atuação de diferentes agentes, Estado, mercado, terceiro setor e movimentos sociais, nas disputas ambientais que atravessam povos e comunidades tradicionais evidencia a relevância do trabalho antropológico nesse campo. Trata-se de intervir e produzir conhecimento a partir de relações menos hierárquicas, sustentadas por um compromisso ético e epistemológico com as demandas da comunidade, privilegiando a construção compartilhada de saberes e a orientação para a transformação, com reconhecimento do valor dos conhecimentos e experiências de todas as pessoas envolvidas.

À luz da experiência discutida, a pesquisa-ação em Acaú configurou-se como opção metodológica para a descentralização do fazer científico, ao institucionalizar um arranjo colaborativo por meio do grupo pesquisador local e sustentar um ciclo de ações articuladas a problemas coletivos do território. As iniciativas descritas, cursos, caravana, construção do protocolo e articulação com redes de saúde e de garantia de direitos, evidenciam a pesquisa-ação como plataforma de tecnologias sociais e de ampliação de redes, com efeitos na participação social, no reconhecimento do território e na visibilidade do nexo saúde-ambiente-trabalho. Este percurso integrou um momento da minha pesquisa de doutorado e foi decisivo para a aproximação do campo e das interlocutoras, abrindo condições e direções para a continuidade da investigação nos próximos passos do trabalho.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. de. (2004). Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 6(1), 9. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
- CHAVIS, B. Forward. In: BULLARD, R. (Ed.). *Confronting Environmental Racism: voices from the grassroots*. Cambridge: South End Press, 1993.
- CIDREIRA NETO, I. R. G.; RODRIGUES, G. G.; CANDEIAS, A. L. B. Pesca artesanal: identidade e representatividade da mulher pescadora. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, v. 13, n. 42, p. 62–79, 2020.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- FRAGA, Cecília. Los cuidados comunitarios en América Latina y el Caribe: una aproximación a los cuidados en los territorios. Santiago: PNUD, 2023. Disponível em: <<https://www.cepal.org/...>>. Acesso em: 4 fev. 2026.
- FREIRE, P. Educação e Mudança. 24^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- HAGUETTE, T. M. 1987. [INCOMPLETO nas fontes autorizadas do projeto: faltam título, local e editora].
- LOPES, I. B. S. et al. Saúde das trabalhadoras da pesca artesanal: cenários desconhecidos do Sistema Único de Saúde (SUS). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 46, p. e5, 2021.
- OLIVEIRA, Assis da Costa; PARENTE, Francilene de Aguiar; DOMINGUES, William César Lopes. Pedagogia da Alternância e(m) Etnodesenvolvimento: realidade e desafios. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 42, n. 4, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/63216>. Acesso em: 30 jun. 2026.
- PENA, P. G. L.; MARTINS, V.; REGO, R. F. Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 38, n. 127, p. 57–68, 2013.
- SANTOS, M. O retorno do território. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005
- SEVALHO, G. Determinação social da saúde, complexidade, colonialidade e longa duração. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 12, e00035724, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT035724>. Acesso em: 29 jun. 2026.
- THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1986. 107p.